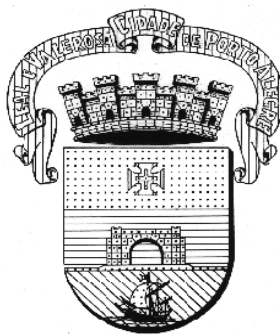


MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA  
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO  
DIVISÃO DE AUDITORIA-GERAL



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA 01/2022

Março/2023



## CONCLUSÃO DA AUDITORIA APÓS A MANIFESTAÇÃO DO AUDITADO

Em relação às recomendações emitidas por esta Divisão de Auditoria-Geral (DAG), resultantes da auditoria realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) no período de 03 a 13 de janeiro de 2022, através do **Programa de Auditoria nº 01/2022** (processo SEI nº 21.0.000133330-2 – documento nº 16875507), foram analisadas as manifestações do auditado inseridas no Sistema de Auditoria Interna (SIAUDI) acerca dos esclarecimentos, providências ou planos de ação indicados para a resolução dos apontamentos apurados no respectivo Relatório-Diagnóstico.

Após a avaliação das respostas do auditado por esta DAG, procedeu-se à atualização do estágio de implementação das recomendações no SIAUDI.

No quadro em anexo, foram consolidados os resultados da avaliação das recomendações resultantes do Programa de Auditoria nº 01/2022.

Registra-se que, a partir de 2022, as recomendações de anos anteriores serão atribuídas e acompanhadas, periodicamente, pela Equipe de Monitoramento de Recomendações e Consultoria (EMRC-DAG).



### Anexo: Relatório de Apontamentos e Recomendações – RF 01/2022- CMPA

Nº do Relatório	Processo Auditado	Apontamento	Recomendação	Nível de Risco	Estágio de Implementação
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra C.1 – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.1.1	3191 - Adotar, como regra, o registro de efetividade eletrônico para todos servidores efetivos e comissionados, excetuando de tal obrigação somente àqueles com atribuições e rotinas de trabalho comprovadamente incompatíveis com tal sistemática de controle, para cumprir a determinação contida na letra “c.1”, da Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021.	Média	Pendente
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra C.2 – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.2.1.a e 2.2.1.b	3201 - Definir, em relação aos subitens 2.2.1.a e 2.2.1.b, critérios objetivos adequados ao desempenho das funções gratificadas, dentre os quais a escolaridade mínima compatível com as atribuições e a complexidade de cada função, para cumprir a determinação contida na letra “c.2”, da Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021.	Média	Em Implementação
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra C.3 – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.2.1.c	3211 - Adotar, em relação ao subitem 2.2.1.c, medidas tendentes à adequação da Lei Municipal nº 5.811/1986, no que concerne às funções gratificadas, no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, para cumprir a determinação contida na letra “c.3”, da Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021.	Média	Em Implementação
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra C.4 – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.2.3.b	3221 - Editar, em relação ao subitem 2.2.3.b, lei requerida pelo artigo 37, inciso V, da Constituição da República, na qual conste percentual mínimo para provimento dos cargos em comissão por servidores de carreira, para cumprir a determinação contida na letra “c.4”, da Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021.	Média	Atendida
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra D.1 – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.2.1.C	3241 - Determinar, em relação ao subitem 2.2.1.c, que não seja considerado o período indevidamente percebido das funções gratificadas de Assessor em Revisão de Texto, Auxiliar Legislativo e Garagista para os fins do artigo 129 da Lei Complementar Municipal nº 133/1985, que dispõe sobre a incorporação da vantagem aos vencimentos do servidor, e, caso já incorporada, que revise a remuneração dos servidores, observado o devido processo legal, adequando-a aos parâmetros das normas municipais, para cumprir a determinação contida na letra “d.1”, da Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021.	Média	Pendente
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra D.1 – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.2.1.C	3242 - Buscar devolução ao erário do valor de R\$ 194.019,65, pago no exercício de 2017, identificado pelo TCE/RS, pelo pagamento indevido de função gratificada com atribuições típicas de cargo de servidor efetivo.	Média	Baixada
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra D.2 – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.2.2.a.1	3251 - Determinar, em relação ao subitem 2.2.2.a.1, suspensão imediata dos pagamentos realizados em desacordo ao artigo 35 da Lei Municipal nº 5.811/1986 (Servidor Ocupante de Cargo Efetivo para cujo Provimento não é Exigida Formação Superior e Designado para Função que Exige Nível Superior com percepção de Regime de Dedicção Exclusiva), para cumprir a determinação contida na letra “d.2”, da Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021.	Média	Atendida
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra D.2 – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.2.2.a.1	3252 - Manter as informações da relação publicada no "Portal da Transparência CMPA > Servidores > Lotação dos Servidores" atualizadas, evidenciando a data ou competência de atualização na página de consulta.	Baixa	Pendente
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra D.2 – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.2.2.a.1	3253 - Buscar devolução ao erário do valor de R\$ 65.807,76, pago no exercício de 2017, identificado pelo TCE/RS, bem como demais valores pagos indevidamente após esse período, uma vez que o servidor deveria receber Regime de Tempo Integral - RTI ao invés de RDE, em função do cargo de provimento original.	Média	Baixada
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra D.3 – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.2.2.a.2	3261 - Determinar, em relação ao subitem 2.2.2.a.2, suspensão imediata dos pagamentos realizados em desacordo ao artigo 43 da Lei Municipal nº 5.811/1986, para cumprir a determinação contida na letra “d.3”, da Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021.	Média	Atendida





Nº do Relatório	Processo Auditado	Apontamento	Recomendação	Nível de Risco	Estágio de Implementação
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra D.3 – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.2.2.a.2	3262 - Buscar devolução ao erário do valor de R\$ 59.079,44, pago no exercício de 2017, identificado pelo TCE/RS, uma vez que a servidora adida recebeu indevidamente, cumulativamente, por dois regimes especiais de trabalho (RDE e RCT).	Média	Baixada
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra E – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 2.3.1	3271 - Promover o saneamento e evitar a recorrência de demais irregularidades, em relação ao subitem 2.3.1, que cita o pagamento de remuneração a servidores em valor superior ao teto constitucional, referente à advertência contida na letra “e”, da Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021.	Baixa	Pendente
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Letra E – Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021 – Item 4.1.1	3291 - Promover o saneamento e evitar a recorrência de demais irregularidades, em relação ao subitem 4.1.1, quanto à utilização das dependências da Câmara de Vereadores para realização de curso com intuito lucrativo e sem observar as regras internas da auditada, referente à advertência contida na letra “e”, da Decisão TCE/RS nº 1E-0139/2021.	Baixa	Atendida
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Falta de informação sobre a designação de responsável pelo controle de conformidade com a LAI	3311 - Informar quais foram os encaminhamentos da Mesa Diretora quanto à designação de responsável pelo controle de conformidade e monitoramento dos prazos legais de atendimento às solicitações dos cidadãos nos termos da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei Federal nº 12.527/2011).	Baixa	Em Implementação
56/2022 - AG	Demandas TCE-RS	Falta de informação sobre a designação de responsável pelo controle de conformidade com a LAI	3312 - Atualizar os normativos internos sobre o acesso público às informações da CMPA, indicando os responsáveis por seu controle de conformidade e monitoramento (Resolução de Mesa nº 445/2012) nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011.	Baixa	Em Implementação
57/2022 - AG	Declaração de Bens e Rendas	Falta de normativos internos para controle das entregas e guarda das declarações de bens e rendas	3191 - Revisar a Lei Municipal nº 1.727/1957, que estabelece a obrigatoriedade de declaração de bens, com vistas à adequação aos atuais normativos legais e melhores práticas de governança e transparência.	Alta	Pendente
57/2022 - AG	Declaração de Bens e Rendas	Falta de normativos internos para controle das entregas e guarda das declarações de bens e rendas	3192 - Editar regulamentos ou normativos internos para padronizar a forma, a abrangência, a periodicidade e as penas aplicáveis no descumprimento da entrega da declaração de bens e rendas, como condição para a posse, bem como a manutenção do exercício dos agentes públicos vinculados ao Legislativo Municipal.	Alta	Em Implementação
57/2022 - AG	Declaração de Bens e Rendas	Falta de normativos internos para controle das entregas e guarda das declarações de bens e rendas	3193 - Rever a adequação dos controles de entrega da declaração de bens e renda em cumprimento à nova redação do caput do art. 13 Lei Federal nº 8.429/1992, que exige que seja entregue a mesma declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.	Média	Pendente
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falta de controle eletrônico de efetividade	3191 - Publicar, com brevidade, Resolução de Mesa retornando a obrigatoriedade do controle da efetividade através de registro eletrônico, indicando os casos de exceção à regra.	Baixa	Atendida
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falta de controle eletrônico de efetividade	3192 - Iniciar o controle da efetividade para os servidores do Legislativo Municipal através de registro eletrônico, no qual ficam evidentes as marcações diárias, de entrada e saída, bem como os ajustes e autorizações realizados pelas chefias imediatas, a exemplo do sistema RONDA, utilizado no Executivo.	Alta	Atendida
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Dificuldade para consulta às Resoluções Legislativas da CMPA	3201 - Disponibilizar as Resoluções de Mesa no Portal da Transparência da CMPA ( <a href="https://transparencia.camarapoa.rs.gov.br/">https://transparencia.camarapoa.rs.gov.br/</a> ) no item “Legislação”, ou em outro sítio eletrônico correlato, a exemplo do <a href="https://leismunicipais.com.br/">https://leismunicipais.com.br/</a> , garantindo amplo acesso às deliberações do Legislativo e em cumprimento à Lei Federal 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.	Baixa	Em Implementação





Nº do Relatório	Processo Auditado	Apontamento	Recomendação	Nível de Risco	Estágio de Implementação
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Não localização de solicitação eletrônica para controle do auxílio-creche	3211 - Verificar se todos os benefícios de auxílio-creche pagos atualmente estão vinculados a processos SEI do tipo "Pessoal: Auxílio-creche" com a inclusão do documento "Requerimento de auxílio-creche". Caso seja identificada não conformidade, para melhor controle e acompanhamento deste benefício, solicitar aos servidores a criação de novo processo SEI com a devida adequação, a partir da competência em curso.	Baixa	Atendida
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Não localização de solicitação eletrônica para controle do auxílio-creche	3212 - Formalizar e divulgar orientação, através de manual ou documento similar, para que as novas solicitações de auxílio-creche venham adequadamente instruídas em processo SEI do tipo "Pessoal: Auxílio-creche" com a inclusão do documento próprio "Requerimento de auxílio-creche" objetivando melhor controle e acompanhamento deste benefício, cobrando a adequação ao fluxo, caso sejam recepcionados novos processos sem a devida instrução.	Baixa	Atendida
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falta de previsões normativas para controle do auxílio-creche	3221 - Rever os normativos que tratam do auxílio-creche, objetivando o aprimoramento dos controles internos, versando expressamente sobre a cobrança de comprovante de frequência escolar mínima, ao menos semestralmente, e a cobrança de comprovante de matrícula, anualmente, para a concessão e a manutenção do benefício.	Baixa	Pendente
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falhas no cadastro de dependentes de servidores	3231 - Promover ação para atualização dos dados cadastrais dos servidores e seus dependentes no sistema ERGON.	Baixa	Pendente
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falhas no cadastro de dependentes de servidores	3232 - Completar as lacunas de dados cadastrais dos dependentes dos servidores no sistema ERGON, tais como "data fim" para IR – Imposto de Renda, para o tipo "filho", e número de CPF.	Baixa	Pendente
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falhas no cadastro de dependentes de servidores	3233 - Instruir o(s) setor(es) competente(s) para efetuar o correto e completo cadastro de dependente de servidor do tipo "filho", no sistema ERGON, quando do recebimento da Certidão de Nascimento ou da solicitação de cadastro de dependentes para fins previdenciários, de imposto de renda ou auxílio-creche.	Baixa	Atendida
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falta de recebimento de valores de servidores cedidos pela CMPA	3241 - Reorganizar o processo de cedências para outros órgãos e entidades, com a revisão do fluxo de documentos e informações, objetivando melhor organização e a redução dos prazos para ressarcimento dos valores pagos aos servidores cedidos pela CMPA.	Baixa	Em Implementação
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falta de recebimento de valores de servidores cedidos pela CMPA	3242 - Buscar o ressarcimento dos valores pagos aos servidores cedidos pela CMPA a outros órgão e entidades referente ao 4º trimestre de 2021.	Média	Pendente
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falta de recebimento de valores de servidores cedidos pela CMPA	3243 - Estipular prazo para sustação da cedência dos servidores cedidos a outros órgãos e entidades, caso não seja identificado ressarcimento do órgão de destino.	Média	Pendente
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falta de pagamento de valores de servidores cedidos para a CMPA	3251 - Reorganizar, em conjunto com a Administração Direta e Indireta do Município, o processo de cedências de servidores de outros órgãos e entidades à CMPA, com a revisão do fluxo de documentos, informações e instruções necessárias, objetivando melhor organização, transparência e a redução dos prazos para ressarcimento aos órgãos e entidades externas.	Média	Pendente
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falta de pagamento de valores de servidores cedidos para a CMPA	3252 - Ressarcir, imediatamente, os respectivos órgãos de origem dos servidores cedidos à CMPA, quanto aos valores apurados em 2021, sob risco da vinculação do pagamento dos servidores cedidos ao ressarcimento, conforme disposto no §2º do Art. 1º do Decreto Municipal nº 15.559/2007, bem como a sustação das cedências conforme indica o Protocolo de Intenções nº 001/2021.	Alta	Pendente





Nº do Relatório	Processo Auditado	Apontamento	Recomendação	Nível de Risco	Estágio de Implementação
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Não conformidade entre a escolaridade informada e a escolaridade legal exigida	3261 - Sanar as não conformidades identificadas para o servidor na função gratificada de Assessor de Gabinete da Direção-Geral e para os 02 servidores no cargo em comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete, com a atualização do registro das suas escolaridades ou a sumária dispensa da função ou do cargo, frente a ilegalidade da sua nomeação, pela não observação dos requisitos mínimos de escolaridade.	Baixa	Pendente
58/2022 - AG	Pessoal e Encargos	Falta de requisitos mínimos de escolaridade para 56 funções gratificadas na Lei 5811/1986	3271 - Dar celeridade ao processo que envolve a aprovação das alterações propostas na Lei Ordinária 5.811/1986 que incluem escolaridade mínima para 56 funções gratificadas que atualmente constam sem requisitos.	Média	Pendente
60/2022 - AG	Conciliações Bancárias	Inconsistências entre razão contábil e extrato bancário	3281 - Esclarecer os lançamentos contábeis relacionados a datas que não apresentaram movimentação bancária alguma, segundo os extratos das contas Banrisul, agência 0835.	Baixa	Atendida
61/2022 - AG	Demonstrações Contábeis	Falta de divulgação de Notas Explicativas	3281 - Elaborar e divulgar notas explicativas às Demonstrações Contábeis, conforme o MCASP e a NBC TSP 11.	Baixa	Atendida
61/2022 - AG	Demonstrações Contábeis	Diferença entre CBP e Balancete 2021	3291 - Apurar as divergências entre a depreciação registrada na contabilidade e no sistema patrimonial, referentes à conta "Veículos de tração mecânica".	Baixa	Atendida
62/2022 - AG	Patrimônio	CBP e Resolução de Mesa nº 523, 4 de Janeiro de 2018 divergentes	3281 - Caso o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) esteja ativo, atualizar a lotação no CBP. Caso esteja inativo, atualizar a Resolução de Mesa nº 523, 4 de Janeiro de 2018.	Baixa	Em Implementação
62/2022 - AG	Patrimônio	Falhas na formalização do processo de inventário	3291 - Alterar a Resolução de Mesa nº 523/2018, incluindo a designação de comissão inventariante para coordenar e conduzir o processo de inventário patrimonial (respeitando o princípio de segregação de funções), que fará a conferência patrimonial de todos os bens da CMPA, emitindo as atas de abertura e de encerramento.	Baixa	Em Implementação
62/2022 - AG	Patrimônio	Divergência entre CBP e Relatório Final	3301 - Apurar a divergência entre o quantitativo de bens não localizados indicado pelo Relatório Final do Inventário e o quantitativo da lotação "Bens não localizados 2021", indicado no CBP.	Baixa	Atendida
62/2022 - AG	Patrimônio	Falta de inventário na lotação UNITEL - Depósito	3311 - Realizar inventário em todas as lotações ativas na CMPA constantes no sistema CBP.	Baixa	Atendida
62/2022 - AG	Patrimônio	Existência de bens na lotação "Bens não localizados 2019"	3321 - Apurar se o registro de 2 itens na lotação "Bens não localizados 2019", no CBP, está correto. Em caso afirmativo, informar quais as providências tomadas para localizar os bens, bem como, quais ações foram adotadas para apurar responsabilidades pelo desaparecimento dos bens.	Baixa	Em Implementação
62/2022 - AG	Patrimônio	Falta de resumo do quantitativo após inventário	3331 - Evidenciar, nos próximos inventários, o quantitativo total de bens não localizados fisicamente, de bens localizados que não constavam no CBP e o quantitativo final existente após levantamento.	Baixa	Em Implementação

**Nota:** Os números dos relatórios e das recomendações são gerados automaticamente pelo sistema SIAUDI.

**Legenda:**

**Pendente:** Recomendação emitida, permanecendo como "pendente" enquanto não verificada/comprovada a sua implementação.

**Atendida:** Recomendação atendida/implementada, devidamente comprovado (na resposta) ou verificado (na inspeção seguinte) o atendimento.

**Em implementação:** Recomendação em implementação, com medidas já sendo tomadas pelo auditado, conforme cronograma do plano de ação.

**Baixada:** Recomendação retirada, quando a justificativa do auditado foi aceita prontamente na análise da resposta; quando a recomendação não pode ser mais atendida, por motivos alheios à vontade do auditado; ou quando a falha formal não foi mais encontrada na inspeção seguinte.

